

**CULTURA POLÍTICA E PRÁTICAS RELIGIOSAS DO ARCEBISPO DA
PARAÍBA DOM JOSÉ MARIA PIRES**

Naiara Ferraz B. Alves

Mestre; UEPB;

naiara.clio@gmail.com

Nossa pesquisa foi realizada com o objetivo principal de analisar as ações e a prática religiosa do Arcebispo Dom José Maria Pires, líder da Igreja Católica no estado da Paraíba. Entre os anos de 1965 a 1995, o arcebispo atuou a maior parte do tempo sob a vigilância do Regime Militar no Brasil, sendo observado e espionado pelo SNI – Serviço Nacional de Informações, visto que suas inclinações para uma Igreja Viva e mais próxima do Povo deixava os líderes Militares de sobreaviso, haja vista que já investigavam integrantes da Igreja Católica, vinculados à Teologia da Libertação. Apesar dos estudos em relação às ações dos líderes católicos não ser uma temática recente, os estudos sobre Dom José Maria Pires remontam, apenas, à segunda década do século XXI. Entre os trabalhos acadêmicos pioneiros, podemos destacar o texto de PEREIRA (2012) com uma excelente biografia sobre o Arcebispo. A análise aqui apresentada procura correlacionar ações políticas às práticas religiosas desse Arcebispo. Entre os resultados alcançados, está a identificação das características da cultura política¹ (procurando compreender as motivações subjetivas da ação política, códigos de comportamento e os valores compartilhados) desenvolvida pelo arcebispo Dom José

¹ Cultura política: criado na década de 1960, no âmbito da Ciência Política, o conceito de cultura política foi configurado inicialmente por Gabriel Almond e Sidney Verba (KUSCHINIR, 2007, p. 19 *apud* GUEDES, 2012). A proposta original era formatar um conceito cujo manejo permitisse a combinação das perspectivas sociológica, antropológica e da Psicologia social no estudo dos fenômenos políticos.” (GUEDES, 2012, p. 36). Segundo CADIOU (2007) mostra-se como ferramenta e objeto de análise, em torno do qual se passou a reunir pesquisas que buscaram identificar a evolução da ação política propriamente dita, através do conjunto dos atores como manifestações de poder.

Maria Pires, em um processo de luta pela melhoria na qualidade de vida das populações menos favorecidas da sociedade paraibana.

Devido às suas práticas de auxílio aos mais necessitados, Dom José Maria Pires passa a ser observado/ investigado (com cuidado) pelo SNI. Tal investigação deu origem a documentos emitidos pela Agência de Recife e encaminhados para a Agência Central. Seu poder de convencimento sobre a população carente era algo que despertava no Governo Militar certo respaldo, mas acima de tudo sua postura alinhada à Igreja Progressista, o classificava como subversivo pelos relatórios do SNI².

Muito do que foi descrito pelo SNI sobre Dom José Maria Pires levou em consideração as ideias implementadas a partir do golpe de 1964. O estado de exceção precisava do sistema de informações para alimentar o discurso do medo e justificar a ação das forças armadas, que, por sua vez, “precisavam” garantir a segurança nacional e os “princípios constitucionais”. “Tal Serviço era composto por uma agência central, com sede no Distrito Federal, e por agências regionais com sede nas capitais dos Estados ou em cidades consideradas importantes para a segurança nacional”. (ANTUNES, 2001: 52). De acordo com Citadino (2016, p.49), para se tentar entender o processo repressivo que se instaurou, faz-se necessário discutir

[...] o arcabouço teórico que embasou a estrutura do novo modelo de Estado. Tal estado, por alguns autores denominado Estado de Segurança Nacional, tem na Ideologia de Segurança Nacional e Desenvolvimento (ISND), elaborada pela Escola Superior de Guerra (ESG), a sua fonte de legitimação. A ISDN tem como pressupostos básicos os conceitos de Segurança Interna de Desenvolvimento Econômico. O fundamento da Segurança Interna repousava na necessidade que o país tinha, diante da suposta ameaça comunista que o rondava, de reforçar suas estruturas internas de controle e repressão social. Assim, os inimigos do Brasil eram de duas ordens: o inimigo externo, ou seja, o comunismo e sua capacidade de infiltra-se no país e o “inimigo interno”, qualquer indivíduo que pudesse eventualmente estar envolvido com os interesses comunistas.

Dom José Maria Pires representava o expoente do inimigo interno, contudo exercia um cargo de poder que impedia ações diretas contra a sua pessoa, não

² SNI: o Serviço Nacional de Informações foi criado através da aprovação da Lei 4341 em 13 de junho 1964 estaria responsável por “subsidiar o presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informações e contrainformações e promover a difusão adequada das informações.” Lei Nº 4341 de 13 de junho de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4341.htm

acontecendo o mesmo com quem estava ao seu lado. O “Relatório final da Comissão da Comissão Estadual da Verdade e da preservação da memória do Estado da Paraíba” (2007) relata a prisão de três integrantes de sua equipe para “Promoção Humana”, entre eles Frei Hermano José (Franciscano), a Freira Marlene Burgers (Franciscana) e Júlio César Ramalho (advogado). Apesar de agir “contra a Segurança Nacional”, a prisão de Dom José Maria Pires não foi executada.

Símbolo de resistência, em sua própria forma de ser (por representar a população negra dentro da Igreja) em virtude de agir auxiliando camponeses e mediando discussões em torno das disputas agrárias na Paraíba dos anos 70 do século XX, o Arcebispo Dom José Maria Pires, para além de um símbolo de subversão, pode ser analisado como signo da obediência ao *Christus Dominus* (Decreto do Concílio Vaticano II sobre o Escritório Pastoral dos Bispos), visto que compunha uma ala da Igreja representada pelo ideal de uma “igreja viva para o povo”.

Dom José Maria Pires atuou politicamente como um homem de ação pedagógica e de coalizção parlamentar. A partir de seu lugar de fala, a Igreja Católica procurou dialogar e educar os partidos políticos para a promoção social da população carente da Paraíba, além de agir fisicamente em momentos de conflitos e protestos de camponeses. Tratava-se de uma representação física de poder, que nitidamente mexia com o imaginário dos populares e líderes políticos e da elite paraibana. Estavam diante do Arcebispo e precisavam respeitá-lo e paravam para ouvi-lo, mesmo que desconfiassem de suas palavras. Suas atividades vinculadas à Igreja estavam correlacionadas a sua atuação com ações afirmativas em prol dos mais necessitados, Tais ações eram inspiradas nas diretrizes apresentadas pelo Concílio Ecumênico do Vaticano II, do qual participou, em virtude de ter sido convocado pelo Papa João XXIII. Dom José Maria Pires cumpria, assim, as ordens estabelecidas pela Igreja.

Com as visitas pastorais às dioceses, Dom José Maria Pires, além de cumprir com as funções do cargo religioso, observava ao longo dos trajetos e das visitas, ao entrar nos pequenos municípios das diferentes regiões da Paraíba, as condições em que viviam os populares que vinham prestigiá-lo. Por exemplo, na região do Brejo paraibano entre as décadas de 70 e 80 do século XX, foram realizadas dezoito visitas,

que foram detalhadas no Livro de Visitações Pastorais. Este documento oficial foi escrito em primeira pessoa a partir das impressões do bispo a respeito de cada cidade visitada. Dom José, além de se preocupar com questões relacionadas à Igreja, destacava, ainda, os assuntos ligados ao cotidiano da sociedade, pontuando essas preocupações no Livro. Em seus escritos também apresentava os pontos positivos das cidades visitadas e de seus párocos. As visitas pastorais atravessaram os séculos com objetivos diversos, contudo, seja no século XX ou no século XVI com o Tribunal do Santo Ofício no Brasil, as Visitas eram expressões de poder.

Ao analisar o Termo de Visita da cidade de Araruna no dia 2 de outubro de 1966, encontrado no Livro de Visitações Pastorais, podemos observar que, nesta cidade, o ritual de recepção do Arcebispo da Paraíba Dom José Maria Pires foi realizado de maneira bastante cuidadosa pelo Pároco da cidade e pela população.

Às 2 de outubro de 1966 pelas, 7 horas cheguei à cidade de Araruna para minha primeira visita pastoral à paróquia de Nossa Senhora da Conceição. No percurso houve parada em Tacima onde os fieis se reuniram em grande números na rua passagem. As ruas apresentavam-se em festa. Enfeites pelas e nas casas, bandas de musica, fogos, estudantes marchando, ciclistas, dezenas e dezenas de arpinhas, milhares e milhares de fieis, tudo fôram devidamente preparado e mobilizado pelo Pároco, Cônego Joaquim de Soares Limões. (LIVRO DE VISITAÇÕES PASTORAIS, ARARUNA, 1966) ³

O poder do Arcebispo Dom José Maria Pires estava instituído não só pelo seu cargo, mas também por suas ações e pela forma como se preocupava com a população. Observamos que as discussões centrais abordadas pelo Arcebispo se destinavam à doutrina católica e às informações correlacionadas ao Concílio do vaticano II. Na Visita ⁴ao Município de Pilões, destacou: “Teoria trabalhada: coordenar os bons elementos existentes para uma renovação no Espirito do Concilio Vaticano II.”; “A disparidade

³ Documento coletado a partir de pesquisa PIBIC:

Aluna: Raquel Figueiredo do Nascimento. **Símbolos que permanecem**: análise dos registros das visitas do Arcebispo da Paraíba D. José Maria Pires as paróquias e freguesias das microrregiões do Agreste/ brejo paraibano - década de 60 do século XX. 2016. Iniciação científica (História) - Universidade Estadual da Paraíba (Orientação Naiara Ferraz Bandeira Alves).

⁴ Cf: - Visita Pastoral de Pilões. In: Livro da Mitra Diocesana da Paraíba do Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo: Chancelaria. Série: Atos do Governo Arquidiocesano. Sub série: Relatórios. Data limite: 1976-1999/1976. Total de documentos: 14 docs. C: a/11 A3. Pasta – 20.

dos padres”; “O amor de Cristo para com os pecadores”. Na visita ao Município de Serraria⁵, o arcebispo destaca: “Levei a impressão de que Serraria tem condições para ser Paróquia modelo.” “Teoria trabalhada: que os fiéis evoluam de uma religião mais tradicional para atitudes mais conscientes” “O dever dos apostolados” “A vocação do Cristão” “A mão de Cristo nos pobres aos pecadores” “Os dons que recebemos na Crisma” “A missão do Bispo e os objetivos da visita”

O que há de “subversivo” no discurso do Arcebispo está diretamente correlacionado ao documento do Concílio do Vaticano II. Esta nova forma de pensar a Igreja e as suas ações fez com que as descrições do Arcebispo elaboradas pelos agentes do SNI o considerassem um revolucionário esquerdista. Apoiado por parte do clero local, em especial os que integravam a Ordem Franciscana, Dom José inicia suas ações políticas de promoção humana da vida dos menos favorecidos, em consonância com a CNBB:

O processo de mudança de paradigmas na Igreja ganha força a partir dos anos de 1960, sob a influência do Concílio Vaticano II. Nas décadas de 1950 a 1960, a Igreja no Brasil prioriza a questão do desenvolvimento. Ao contrário da posição adotada diante do regime do estado Novo, de Getúlio Vargas, em que a Igreja assumiu uma posição conciliatória diante do regime de exceção, a CNBB desempenha um papel chave na articulação da sociedade civil, em defesa dos direitos humanos, das liberdades democráticas, da reforma agrária, dos direitos dos trabalhadores e da redemocratização. Durante o Vaticano II, em 1964, a Assembleia Geral da CNBB, realizada em Roma, decide assumir o Planejamento Pastoral como seu instrumento metodológico de renovação (denominado, na época, *aggiornamento*). (AZEVEDO, 2004, p.52).

Sua ação se dava através de organizações não governamentais que eram instaladas no estado com apoio da Igreja Católica que atuava, simultaneamente, como um ator da sociedade civil e da sociedade política, no processo de pressão e de negociação entre os agentes do governo e a população local. Desta forma, a Igreja atua,

⁵ Cf: - Visita Pastoral de Serraria. In: Livro da Mitra Diocesana da Paraíba do Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo: Chancelaria. Série: Atos do Governo Arquidiocesano. Sub série: Relatórios. Data limite: 1976-1999/1976. Total de documentos: 14 docs. C: a/11 A3. Pasta – 20.

em especial, na promoção dos direitos humanos. Na Paraíba, o arcebispo Dom José Maria Pires, ao lado de Dom Marcelo Pinto Carvalheira (Bispo da arquidiocese de Guarabira), auxilia na implementação do CODH - Centro de Orientação dos Direitos Humanos - Guarabira-PB, que, em seu início, era composto por um médico, uma nutricionista, um estudante de direito e uma secretária e tinha como público alvo os trabalhadores rurais e urbanos que buscavam informações sobre seus direitos. A pessoa pública do Arcebispo aparecia em matérias e notas de jornais da época como mediador, conciliador, sempre com a noção de ações contra atos de violência. Em 1968, devido às manifestações em decorrência da morte do estudante Edson Luiz, estudantes em João Pessoa e em campina Grande se reuniram em passeata após a missa. Para Citadino, tais conflitos entre estudantes e policiais requereram, no dia seguinte, “a presença do arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires como conciliador entre as partes”. (CITTADINO, 2006, p.327).

Como transitou pela Paraíba em visitas pastorais e na promoção de diferenciadas ações, quer estas fossem diretamente relacionadas às questões da Igreja, quer fossem ações e atos políticos de conscientização, Dom José Maria Pires foi acompanhado e investigado pelo Governo. Com os arquivos do SNI abertos pela Comissão da Verdade, podemos verificar o quão perto eles estavam do Arcebispo, por estarem presentes em locais onde Dom José proferiu palestras, ou, até mesmo, acompanhando suas falas e declarações nos meios de comunicação de rádio e em jornais impressos.

No documento⁶ de 30/12/1969 da Agência Central, o assunto é denominado de Movimento Subversivo: que afirma ter o arcebispo Dom José Maria Pires ter feito circular uma carta, onde comentava uma visita que fez ao Frei Beto, preso pelo DOPS do Rio Grande do Sul, à época preso em São Paulo. Nesta carta, o Arcebispo comenta que Frei Beto se encontrava tranquilo e afirma que, tanto o frei, quanto outros dominicanos que se ligaram ao grupo Marighela, “estariam praticando a evangelização”. Neste ponto do documento percebemos que a utilização do recurso linguístico das aspas, além de denotar a autoria do discurso enunciado, está gerando ao leitor a ideia de surpresa de quem escreveu o texto, principalmente pelo fato de que, em seguida,

⁶ Cf: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_70018877_D0001de0002.pdf in: <http://www.arquivonacional.gov.br> acessado em março/2019

questiona outra afirmação Dom José Maria Pires, tratando desta vez, do arcebispo Dom Helder Câmara, se reporta a uma carta, na qual o autor do documento do SNI afirma ter um trecho do evangelho, que compara D. Helder com Cristo, “Não é a mim que busquei por que prendem os outros?”. Mais uma vez as aspas são utilizadas para demarcar a autoria do enunciado e a surpresa do autor. As informações se complementam e deixam uma questão: é religião? Ou conspiração? Fica subentendido, se existiria a possibilidade do autor questionar, além da atividade subversiva, uma discussão relacionada aos dogmas e à possibilidade de prática herética, o que desclassificariam os investigados por subversão e o poder imanente dos Arcebispos, advindo da fé católica seria destituído.

Classificado como subversivo, Dom José Maria Pires, no documento⁷ de 26 de dezembro de 1975, já é colocado como assunto da nomenclatura do documento. Neste texto, o informante alega que, a partir de investigações sumárias, a esquerda clerical vem desenvolvendo uma verdadeira ofensiva contra o regime e os Governos (Federal e Estadual). Há neste trecho um aviso, uma acusação e o alerta sobre a atuação do clero Paraibano, sendo a personificação destas ações representadas pelo Arcebispo Dom José Maria Pires (considerado um importante elemento engajado). Além da ideia de uma esquerda clerical (o que representa uma ameaça à população), utilizam no mesmo documento a expressão “pregação subversiva”. O discurso do Arcebispo está sendo desqualificado, não está pregando o Evangelho, mas inflamando populares contra o estado. Outros verbos utilizados para caracterizar a fala de Dom José são: incitar e atacar. O que denota um ato violento, aguerrido. Dessa forma, o documento tenta desqualificar as ações evangelizadoras de Dom José, alegando, ainda, que este religiosos enaltece a situação de vida em países sob o regime comunista.

O fato é que, em trechos do documento, há referência a uma visita do arcebispo ao Município de Araçagi, onde estariam presentes cerca de 100 pessoas, Dom José proferiu palestra abordando, em especial, a questão da fome. Para o autor do documento, uma atitude meramente política (não identifica ou não quer identificar, nas falas do Arcebispo, a caridade cristã), já que ele afirma ter Dom José Maria Pires, mais

⁷ Cf: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76090025_D001de0001.PDF in: <http://www.arquivonacional.gov.br> acessado em março/2019

uma vez , incitado os jovens para se unirem e gritarem no meio dos mais velhos, visando a acabar com a miséria. Além de gritar, outro verbo utilizado é lutar. O texto, portanto, é construído de forma que as ações, os discursos enquadrem o Arcebispo nos crimes de Segurança Nacional, visto que, segundo o documento, ele conclama os jovens à luta ao lado do comunismo. O informante descreve cenas que ele identifica como ações premeditadas. Um jovem cai do banco e Dom José alerta: “é a fome meu povo, os filhos de nossa terra estão morrendo”; em seguida, “ Meu povo o comunismo estoura breve”. O informante suspeita, ainda, de perguntas realizadas por jovens, que, segundo ele, pareciam partir de pessoas doutrinadas, ou seja, a descrição é elaborada de acordo com os medos e as intenções do SNI, de forma que fomente e mantenha o Estado de exceção. Há uma guerra, há uma batalha e é para isso que estão ali. Neste documento, segundo o autor, as conclusões sobre as informações repassadas pelo 1º Grupamento, permitem constatar que Dom José Maria Pires vinha desenvolvendo uma campanha sistemática de contestação do Governo. Isso porque, além de Araçagi, ele esteve em Jacaraú, Lagoa de Dentro, Duas Estradas e Caiçara (nestes locais não constataram o real teor de suas palestras). Ainda, em Missa no dia 09 de novembro de 1975, na Catedral Metropolitana, disse Dom José : “Nós precisamos rezar e nos unirmos contra esse estado de coisa que há por aí, essas prisões e torturas; os homens de Segurança Nacional deveriam impor respeito e dar segurança ao povo e não temos através torturas” (Folha 3: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76090025_D001de0001.PDF).

Além, dos informantes correlacionarem as questões sobre a fome, melhor qualidade de vida e a possibilidade de luta pela terra, como algo conspiratório e não vinculado às ações do Vaticano, ressaltamos que muitas das viagens do arcebispo estavam destinadas às visitas pastorais como nos referimos acima, e estas tinham como motivações além de missas e sacramentos, momentos de encontro com os clérigos e lideranças locais. Mas, os assuntos abordados em sua maioria estavam vinculados às questões da Igreja, que, por sua vez, eram questões dirigidas ao bem-estar dos fiéis.

Em ações políticas diretas com a perspectiva de auxiliar os fiéis, em especial, os homens pobres do campo, Dom José Maria Pires encaminha, para o Governador do estado da Paraíba, ofício e projeto solicitando verba para a implementação de um

projeto de pesquisa sobre a situação social dos trabalhadores do campo, a ser realizada pelo IBRADES da CNBB. O documento foi interceptado e comentado pelo relator que destaca o respaldo da instituição, mas aponta os riscos e afirma que a intenção do Arcebispo é a “incrementação da sistemática campanha de agitação que vem desenvolvendo em sua área”⁸, já que tal pesquisa forneceria dados para que Dom José fundamentasse novas críticas à política adotada pelo Governo Federal, em relação ao homem do campo. A crítica direta ao arcebispo em torno de sua luta pelos menos favorecidos no campo se baseia na hipótese de que o religioso seja contrário ao direito “soberano” da propriedade privada e é exatamente a garantia deste direito, entre outros, o que sustenta a ideia da necessidade da Segurança Nacional agir contra a subversão, os clérigos esquerdistas e os adeptos ao credo vermelho.

Em outro momento, o dossiê⁹ sobre as atividades de Dom José Maria Pires, ressaltam a sua eloquência, ao realizar seus discursos nas missas (desconsideram o termo homilia), ressaltando que ele faria uma violenta pregação contra a propriedade privada. Afirmam, ainda, que o Arcebispo tentou induzir as famílias que participavam de ato religioso (na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, no dia 23 de setembro de 1978) a uma crescente insatisfação; fez citações bíblicas, referindo-se ao Novo Testamento, na parte em que se lê ser “mais fácil um camelo passar pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no reino dos céus”. Posteriormente, passou a citar a constituição cubana. Segundo os jornais da época e o relator, as palavras de Dom José Maria Pires não surtiram o efeito desejado, mas geraram mal-estar entre a assistência, tendo diversos fiéis se retirado da igreja. O perfil construído em torno do Arcebispo era o pior possível, visto que este religioso, segundo estes documentos, cometia abertamente crimes contra a Segurança Nacional.

Já na informação de 07 de agosto de 1979, cujo assunto era, também, Dom José Maria Pires, faz-se o relato de sua participação como paraninfo das turmas da UFPB do

⁸ BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78114357_D001de0001.pdf in: <http://www.arquivonacional.gov.br> acessado em março/2019

⁹ Cf: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78113920d000.pdf in: <http://www.arquivonacional.gov.br> acessado em março/2019

referido. Segundo o relator, um discurso semelhante aos demais, com a diferença de focar no ensino das universidades e na proposta de que estes diplomados se aproximassem das populações, em especial, os, então, médicos. “apelou para, os que fazem faculdade, se conscientizarem da situação em que vive o país e fazem a mudança da estrutura sem derramamento de sangue”¹⁰, foi aplaudido várias vezes durante o discurso e ao final aplaudido de pé.

A atuação de Dom José Maria Pires, enquanto arcebispo da Paraíba, correspondia a um bispo que seguiu os encaminhamentos do Vaticano, em especial, no que se refere ao Concílio do Vaticano II, mas que, para realizar a promoção social e humana que desejava realizar em sua arquidiocese, se mostrou como agente político, ou seja, muito além do líder espiritual, coerente com seus estudos e propostas para a libertação social do povo. Os assuntos que abordava poderiam ser divididos em cinco pontos essenciais, conforme identificamos no Arquivo da Cúria Metropolitana da Paraíba, a série documental intitulada: Documentação dos Bispos, Sub-série: Pronunciamentos (Artigos/ Mensagens), com 487 textos produzidos pelo arcebispo, que versam sobre uma grande variedade de assuntos, podendo ser subdivididos em cinco grandes conjuntos: 1. Questões referentes à doutrina cristã; 2. Questões sociais; 3. Opiniões sobre a conjuntura política nacional e internacional; 4. A relação entre a Igreja e a Educação; 6. Outros (neste se faz presente suas discussões sobre o respeito às outras profissões de fé e como os cristãos deveriam respeitar as outras religiões, incluindo as religiões de matriz africana).

Para Dom José o povo não deveria mais depender da mendicância, que fora tão disseminada pela Igreja medieval, mas sim encontrar meios e formas de sobreviver a partir de seu trabalho, ponto que chamou a atenção de integrantes da ordem Franciscana que aceitaram seu convite de vir evangelizar na Paraíba.

Se formos definir a cultura política deste líder, certamente, esta estará vinculada a ações pedagógicas, em virtude de Dom José Maria Pires atuar como um sábio para ensinar, aos que queriam lhe ouvir, os caminhos para uma vida mais justa. Esta deveria

¹⁰ Cf: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_79003048_D0001de0001.pdf in: <http://www.arquivonacional.gov.br> acessado em março/2019

ser alcançada com palavras, oralmente, nas missas, durante as homilias, que retratavam a vida de Cristo e que servia de exemplo, não só em reuniões com integrantes do Clero, mas também em programas radiofônicos e em jornais que circulavam à época.

Referências

ANTUNES, P. C. B. **SNI e ABIN: Uma Leitura da Atuação dos Serviços Secretos Brasileiros ao longo do Século XX**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2001: 203.

AZEVÊDO, Dermi. “A Igreja Católica e seu papel político no Brasil”. In: **Revista Estudos Avançados** - Estud. av. v.18 n.52 São Paulo set./dez. 2004 (pp.109-120)

CADIOU, François. (*Et al*). **Como se faz a história: historiografia, método e pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

CITTADINO, Monique. **Poder local e ditadura militar: O Governo João Agripino – Paraíba (1965-1971)**. Bauru: EDUSC, 2006.

_____. “Movimentos populares, esquerdas e ditadura militar na Paraíba (1960-1968)”. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de; AIRES, José Luciano de Queiroz; SILVA, Vânia Cristina da. (orgs.) **Poder, memória e resistência: 50 anos do golpe de 1964 e outros**. João Pessoa: Editora do CCTA; Mídia Editora, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL, 1989.

FRANÇA, Diego Pessoa Irineu de. **A ação pastoral da igreja católica de Guarabira na luta pela terra em Alagoa Grande-PB – PPG/UFPB**. João Pessoa, 2014. 149f.

GUEDES, Paulo Henrique Marques Queiroz. “A nova história do poder político e a cultura política” In: NETO, Faustino Teatino Cavalcante; GUEDES, Paulo Henrique Marques Queiroz & SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. (orgs.) **Cultura e poder Político: Historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana**. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2012.

PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em nome de Deus, dos pobres e da libertação: ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980**. João Pessoa, 2012. Dissertação (Mestrado em História Regional) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

Documentos:

- *CHRISTUS DOMINUS In::*

http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651028_christus-dominus_po.html#. Acessado em 26/06/2018

- NUNES, Paulo Giovanni Antonio, [et al]. **Relatório final/ Paraíba. Comissão Estadual da Verdade e da preservação da memória do Estado da Paraíba.** João Pessoa: A União, 2017.

- Visita Pastoral de Araruna. In: Livro da Mitra Diocesana da Paraíba do Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo: Chancelaria. Série: Atos do Governo Arquidiocesano. Sub série: Relatórios. Data limite: 1976-1999/1976. Total de documentos: 14 docs. C: a/11 A3. Pasta – 20.

- Visita Pastoral de Pilões. In: Livro da Mitra Diocesana da Paraíba do Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo: Chancelaria. Série: Atos do Governo Arquidiocesano. Sub série: Relatórios. Data limite: 1976-1999/1976. Total de documentos: 14 docs. C: a/11 A3. Pasta – 20.

- Visita Pastoral de Serraria. In: Livro da Mitra Diocesana da Paraíba do Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Fundo: Chancelaria. Série: Atos do Governo Arquidiocesano. Sub série: Relatórios. Data limite: 1976-1999/1976. Total de documentos: 14 docs. C: a/11 A3. Pasta – 20.

Cf: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_70018877_D0001de0002.pdf in:

<http://www.arquivonacional.gov.br> acessado em março/2019

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_76090025_D001de0001.PDF in:

<http://www.arquivonacional.gov.br> acessado em março/2019

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78114357_D001de0001.pdf in:

<http://www.arquivonacional.gov.br> acessado em março/2019